



Resenha

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016. 196p.

Evandro de Oliveira Lucas, Mestrando, UFRGS, evandroolilucas@hotmail.com;

O livro “Camponeses e a arte da agricultura” foi escrito por Jean Douwe van der Ploeg e lançado pelas editoras da UNESP e UFRGS em 2016. O autor do livro é Professor de Sociologia Rural na Wageningen University, na Holanda, e na Universidade Agrícola da China, em Pequim. Ele possui uma série de estudos sobre os camponeses, e neste livro ele apresenta experiências da agricultura camponesa e suas perspectivas para o futuro do campesinato com base nas principais obras de Aleksander Vasilievich Chayanov.

A apresentação da edição brasileira foi realizada pelo Professor Sérgio Schneider do departamento de Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos Alimentares e dos programas de pós graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da UFRGS, na qual ele destaca que “não há saídas possíveis para alguns dos grandes problemas que o planeta enfrenta que não passem pelos camponeses ou pequenos produtores rurais” (p. XIV). Para Schneider o livro “Camponeses e arte da agricultura” apresenta um “manifesto chayanoviano”, que detalha as razões teóricas para que os cientistas e outros profissionais continuem a pesquisar os camponeses no século XXI.

O livro está dividido em seis capítulos. O primeiro corresponde aos camponeses e às transformações sociais; o segundo aos dois principais equilíbrios identificados por Chayanov; o terceiro a uma gama mais ampla de equilíbrios interativos; o quarto pela posição da agricultura camponesa em um contexto mais abrangente; o quinto discute rendimentos e o sexto a recampesinação.

A primeira parte do livro aborda os camponeses e as transformações sociais, pelo qual são representados como sujeitos controversos. Ploeg aponta que originalmente a discussão ocorria em torno da posição de classe do campesinato, mais especificadamente

no papel que os mesmos exerceriam em processos revolucionários, e para além disso em relação ao futuro do campesinato. Nesse ponto, entram em oposição o entendimento de Lenin e Chayanov sobre seu papel após a revolução russa. Enquanto o primeiro sugeria o confisco imediato das grandes propriedades e a nacionalização da terra, o segundo considerava que todas as terras deveriam ser transferidas para os camponeses.

Após tratar de algumas controvérsias, o autor passa a conectar os problemas atuais ao âmago do pensamento chayanoviano, tendo como ponto central o fato que, embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, isso não faz com que seja diretamente governada por ele, sendo, sim, governada por um conjunto de equilíbrios, os quais devido ao seu âmbito e complexidade originam uma notável heterogeneidade da agricultura camponesa. O autor apresenta que “a abordagem de Chayanov se dava em dois equilíbrios (um, trabalho e consumo e o outro, penosidade e utilidade) que deveriam ser balanceados dentro de cada unidade camponesa de uma forma que fosse singular àquela propriedade e às necessidades e perspectivas da família camponesa que ali vive e trabalha”(p. 09). Esses equilíbrios são dinâmicos levam em conta a situação específica de cada família camponesa e seu território. Assim, para o autor eles não podem ser vistos como dispositivos automatizados, mas sim como mecanismos que dependem dos sujeitos.

O autor, ainda na primeira parte do livro, fala da relevância política da teoria camponesa, na qual o destaca cinco motivos para reconsiderar “a arte da agricultura” mais de cem anos após os primeiros debates que marcaram a esquerda radical, entre estes o motivo epistemológico, a recampesinação, surgimento de novos movimentos, percepção de que a agricultura camponesa possui resposta à grande parte dos novos tipos de escassez que surgiram e por fim, o fato da teoria radical ter ultrapassado muitas categorias que eram intimamente relacionadas a gênesis e áureos tempos do capitalismo industrial. Nesse sentido, o autor não só entende a agricultura camponesa como resistente e persistente em meio a um ambiente hostil, mas também atribui a ela um papel central no que se refere à discussão sobre sustentabilidade e pobreza, dando destaque ao atual estrangulamento da agricultura e à necessidade de pensar oportunidades para os pobres do campo, uma vez que dos estimados 1,4 bilhão de pobres no mundo, 70% vivem em zonas rurais.

O segundo capítulo retrata os dois principais equilíbrios identificados por Chayanov, a partir de uma escala micro da unidade camponesa. O ponto de partida dessa análise se baseia no trabalho não assalariado presente na agricultura camponesa, assim, por não haver pagamento não é possível calcular lucros, nesse sentido o autor afirma que a agricultura camponesa é governada por uma busca de equilíbrios internos que seguem uma lógica em que a renda do trabalho é a única importante. O autor ainda fala do capital, o qual não é o mesmo capital do sentido marxista, pois na agricultura camponesa ele resulta da soma de instalações, máquinas e afins produtivos e esse configura o capital familiar. Dessa forma, a agricultura camponesa consegue sobreviver a taxas de retornos negativas e até mesmo ampliar seu patrimônio, pois não há uma necessidade intrínseca de produzir uma taxa de retorno que se equipare a taxa de lucro médio.

O autor aponta que fluxos, como o de arroz da Guiné Bissau, ou de compra de maquinários usados por agricultores que possuem habilidades avançadas em mecânica na Europa, seguem caminhos específicos definidos por mercados aninhados, contrastando por equilíbrios encontrados em diferentes estilos de agricultura. O autor também destaca a relevância da abordagem de Chayanov em não se voltar somente para características quantitativas das propriedades grandes e pequenas, mas sim no desafio qualitativo de analisar as duas economias (capitalista e camponesa).

O equilíbrio entre trabalho-consumo é “o coração pulsante de toda unidade camponesa, segundo Chayanov, é a relação entre as demandas de consumo da família e a força de trabalho existentes dentro da mesma família” (p.41). O autor deixa claro que no mundo de hoje é impossível reproduzir a família e a propriedade sem o auxílio dos mercados. O trabalho e consumo precisam ser equilibrados: quanto maior a necessidade do grupo familiar, maior deverá ser a área explorada, ou deverá ser necessário recorrer a rendas não agrícolas. Apesar de partir da relação trabalho-consumo, Chayanov considera que “nenhum elemento sequer da unidade familiar é livre, todos interagem e determinam os tamanhos uns dos outros” (p. 43).

A relevância científica do equilíbrio-consumo está diretamente ligada a impossibilidade de compreender a unidade familiar a partir de relações e condições externas. O autor ainda destaca que Marx caracterizou o camponês como um indivíduo

gêmeo da economia, pois como proprietário dos meios de produção ele é capitalista, mas como trabalhador ele é seu próprio trabalhador assalariado e para Marx a agricultura camponesa de pequena escala daria lugar a agricultura capitalista de grande escala, ideia essa rejeitada por muitos autores que atestam que o campesinato ainda existe e cada vez assume maior importância na produção de alimentos a nível mundial.

Outro equilíbrio que está presente na obra de Chayanov é a utilidade e penosidade. Estes dois são opostos, e são regulados pela própria família camponesa. Ela pode aumentar a penosidade, porém sempre fará isso pensando na necessidade de utilidade desse incremento de trabalho. Para Chayanov a energia criada por um trabalhador na unidade familiar é estimulada pelas demandas familiares por consumo e, por outro lado, o dispêndio de energia é inibido pela penosidade provocada pelo trabalhador em si.

O último conceito desse capítulo se refere a autoexploração. Conforme o próprio autor essa é parte mais malfadada do esquema conceitual desenvolvido por Chayanov, pois este dava a entender que as famílias trabalhavam em condições de miséria. A “autoexploração camponesa parecia uma combinação da tese de Kautsky sobre o baixo consumo e de Lenin sobre a pilhagem do trabalho, sendo assim os camponeses seriam tão estúpidos que explorariam a si mesmos até ficarem reduzidos a pele e osso” (p. 55). A conceituação de autoexploração de Chayanov equivale à produtividade do trabalho camponês; é o produto líquido por trabalhador familiar padronizado. O autor considera que esse conceito contraria a obra de Chayanov, mas a considerar a Rússia pós 1917 seria inconcebível falar em exploração pelo Estado, portanto autoexploração virou a frase do momento.

O terceiro capítulo retrata uma gama mais ampla de equilíbrios interativos, os quais se relacionam com os dois equilíbrios apresentados anteriormente, mas que também aumentam a discussão e ajudam a atender a heterogeneidade que existe do campesinato dentro de países e regiões nos dias de hoje. O primeiro equilíbrio é entre pessoas e natureza. Nesse equilíbrio a coprodução modela tanto o social quanto o natural, e conforme o autor o desenvolvimento agrícola não deve ser compreendido como um processo para governar a natureza e a economia. Em vez disso, é o resultado de interações e transformações contínuas que criam repetidas vezes novas constelações. Seguindo a

mesma linha, o autor apresenta o equilíbrio entre produção e reprodução, sendo esse facilmente desestabilizado. Basta o agricultor priorizar de tal forma a produção que se esqueça da reprodução, algo pode levar ele a se transformar dependente, principalmente quando combinações de pressões externas e estímulos internos levam ao desequilíbrio desses fatores. Em seguida são apresentados o equilíbrio entre recursos internos e externos, nos quais o autor os resume entre a escolha de “fazer” ou “comprar” (p. 71). Seu equilíbrio está diretamente relacionado a autonomia do agricultor, pois quando ele mobiliza muitos recursos externos, mais dependente do mercado ele fica. Ainda são apresentados o equilíbrio entre autonomia e dependência e escala e intensidade.

Estes equilíbrios apresentados pelo autor correspondem a um aprofundamento da análise de Chayanov. Ainda assim podem ser pensados outros equilíbrios. É perceptível que estes equilíbrios se relacionam, porém mudam de local para local, dada a heterogeneidade das unidades camponesas, que o fazem conforme a realidade dos sujeitos. Ainda neste capítulo o autor fala da luta pelo progresso em um ambiente adverso, onde:

Os mercados ameaçam, ainda que em graus diferentes, a continuidade da maioria, ou quase todas, as unidades. Isso põe em perigo os níveis de emprego, as rendas e as perspectivas em relação ao futuro, ao mesmo tempo levando a possível destruição de um patrimônio erguido por gerações (p. 83).

O autor ainda destaca que ingressar na agricultura camponesa é uma expressão de resistência, e que os agricultores de hoje estão recalibrando muitos dos principais equilíbrios implícitos na arquitetura de suas propriedades, fazendo surgir novos estilos de agricultura em desacordo com a mecânica e as necessidades do sistema em volta.

A continuidade do capítulo apresenta seis características fundamentais sobre a unidade camponesa: 1) ser estimulada a produzir maior quantidade de valor agregado; 2) base de recursos para produção e consumo é limitada e está sob pressão; 3) composição quantitativa da base de recursos; 4) a base de recursos não está separada entre elementos opostos e contraditórios, mas, em vez disso, os recursos materiais e sociais representam

uma unidade orgânica; 5) centralidade do trabalho; e 6) especificidade das relações estabelecidas entre o mercado e a unidade de produção camponesa.

O autor ainda faz um contraponto entre dois conceitos: diferenciação de classe e diferenciação demográfica. O primeiro cunhado pela visão marxista/leninista é claramente especificado nos textos de Marx, onde ele considera que o camponês que produz com seus próprios meios de produção será gradualmente transformado em um pequeno capitalista que também explora o trabalho de outros ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em um trabalhador assalariado. Já o segundo conceito é cunhado por Chayanov, onde as diferenças na magnitude da unidade de produção são basicamente temporárias porque advêm de mudanças na razão consumidor/trabalhador dentro da família camponesa. O autor apresenta novos mecanismos de diferenciação, um primeiro ligado ao surgimento da agricultura empresarial, e um segundo relacionado ao ressurgimento de grandes empreendimentos capitalistas agrícolas, sobretudo no Sul e conclui que juntos representam uma ameaça gravíssima ao campesinato do mundo de hoje.

No quarto capítulo o autor traz a posição da agricultura camponesa em um contexto mais abrangente, que se relacionam ao aprofundamento sobre os equilíbrios externos. O texto sugere que a relação cidade-campo enquanto mediadas por relações de troca, em seguida, traz a relação campo-cidade enquanto mediadas por migração, destacando que podem enfraquecer a vitalidade do campo, ou podem contribuir enormemente para uma renovação do campo.

Outro ponto é agricultura *versus* processamento e comercialização de alimentos. Sobre esse aspecto assumem importância as cooperativas, podendo serem um instrumento de organização a modo de alcançar a produção em larga escala como idealizado por Chayanov. O autor alerta que as antigas cooperativas se desenvolveram e tratam os camponeses da mesma forma que os impérios alimentícios e apresenta as relações entre produtores e consumidores como uma saída para a construção de novos mercados. As relações entre Estado-campesinato é um tema muito interessante, justamente pelo Estado possuir como papel fundamental governar, e os camponeses se sobressaem na arte de não serem governados. Ploeg (p. 105) aponta que “criar políticas capazes de reconciliar esses

interesses quase sempre conflitantes é uma tarefa urgente e desafiadora” e encerrando esse capítulo fala do equilíbrio entre crescimento agrário e crescimento demográfico, apontando que esse está desordenado em muitas partes do mundo.

Em relação aos rendimentos, o autor destaca que estes são o resultado do processo de trabalho e, portanto, refletem os permanentes ajustes nos diversos equilíbrios que organizam esse processo, particularmente o equilíbrio entre autonomia e dependência. Ao citar Chayanov são apresentadas três vantagens em relação a rendimentos da agricultura camponesa: a primeira corresponde a intensificação, na qual é possível através da agricultura camponesa: ela chega onde a agricultura capitalista não chega e assim aumenta o rendimento. A segunda corresponde a maior formação de capital por unidade de terra, e a terceira atribui que na agricultura camponesa o objetivo é maximizar o produto líquido, ou renda do trabalho, e na agricultura capitalista se busca maximizar o lucro.

Ao falar do alcance da intensificação estimulada pelo trabalho, o autor demonstra que a agricultura camponesa consegue muitas vezes desviar da rota de rendimentos decrescentes e criar trajetórias que gerem rendimentos melhores. É importante frisar que conforme o mercado se aproxime da agricultura camponesa, mais ela corre risco de possuir rendimentos que não permitam sua reprodução, por exemplo em sistemas integrados de produção o custo fica muito elevado pela carga de insumos que é comercializado pela própria indústria, assim os rendimentos dos agricultores é diminuído a uma fração muito baixa. Com esse cenário algumas famílias começam a adotar novas estratégias para a utilização do trabalho, podendo destinar parte dele para atividades não agrícolas e/ou produção para o autoconsumo, sendo essa uma estratégia de sobrevivência em meio a hostilidade desses sistemas de produção.

Sobre as ciências agrárias o autor apresenta a capacidade de inovação dos agricultores, dando destaque aos fertilizantes químicos, por serem encarados como um precursor de superioridade nas ciências agrícolas sobre os sistemas de conhecimento dos agricultores, fazendo com que “interculturais complementares, fertilizantes verdes como trevo e repertórios locais de fabricação de adubo “bem cultivado” foram negligenciadas e tratados com monstruosidades” (p. 139).

Ao terminar esse capítulo, o autor apresenta fatores que elucidam a capacidade dos camponeses em alimentar o mundo, tais como o fato de chegar em lugares os quais o capital não tem acesso, gerar otimização da renda de trabalho *versus* a maximização do lucro ou da lucratividade e permanecer quando outros tipos de agricultura se retiram, assim sendo mais sustentável do que a capitalista.

As unidades camponesas conseguem alimentar o mundo? Sim, conseguem. E poderiam fazê-lo de uma maneira ainda melhor se pudéssemos restringir a quantidade de valor agregado que atualmente é dilapidada pelos impérios alimentícios. (p. 149).

O último capítulo tem como título a recampesinação, na qual o autor apresenta diversas experiências distintas entre si de recampesinação. Inicia descrevendo a experiência chinesa, na qual o fim do sistema comunal e retorno das terras para os camponeses provocou aumento nos rendimentos e diminuição na pobreza. Sobre a recampesinação o autor trás o exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) que resultou na criação de mais de 400 mil novas unidades camponesas e o próprio movimento agroecológico. Ainda relata sobre os processos de recampesinação no oeste da Europa e encerra o livro dando destaque aos equilíbrios, e que os mesmos podem ajudar a moldar novas rotas de recampesinação.

Ao fim desse texto é possível compreender que a agricultura camponesa certamente não é a mesma do século passado, mas o modo camponês ainda está presente na prática de muitas famílias, além de estarem acontecendo vários processos de recampesinação mundo a fora. Esse livro ajuda a compreender melhor como podem ser entendidos os camponeses, além de fazer chegar ao Brasil uma leitura tão imprescindível sobre Chayanov, o qual Ploeg define no primeiro capítulo como um gênio.